

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----  
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- **ATA NÚMERO DEZASSETE** -----  
----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dezanove reuniu no Centro Social Laura Alves, sito na Calçada Moinho de Vento, número um, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Sara Barros Queiroz Amâncio, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel dos Santos, Segundo Secretário.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Maria Elisa Manero Lemos Rodrigues e Cristina Ferreira Oliveira Balchada -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Conceição Fonseca de Jesus e Alexandra Manuela Lobo Pimentel Fernandes.-----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Pedro Miguel Henriques de Barros Ferreira e Joaquim Gustavo Pinto dos Santos Elias. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Mariana Correia Gomes;-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Hugo Filipe Rodrigues Dionísio-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Luís Baltazar Brito da Silva Correia, que justificou a sua ausência e foi substituído por Cristina Balchada -----

----- Isabel Margarida Freire de Menezes, que justificou a sua ausência-----

----- Maria da Conceição Situ Antunes Branco Martins, que justificou a sua ausência-----

----- Pedro Nuno Rosa Neves.-----

----- Sónia Carla Pinto Costa, que justificou a sua ausência e foi substituída por Hugo Dionísio.-----

----- Às vinte horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Seguidamente, constatando não haver intervenções do público, submeteu à votação a **Ata nº 13**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 14**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 15**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 16**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** começou por elogiar o princípio dos programas de férias, que o seu filho frequentava e eram uma resposta muito importante para as famílias. Neste ano os meninos só podiam inscrever-se num turno para dar oportunidade às outras crianças. O regulamento precisava de uma pequena alteração e mencionar que, no caso de existirem vagas sobrantes, se poderiam ou não incluir as mesmas crianças.-----

----- Gostaria de solicitar à Assembleia a revisão desse regulamento e incluir a hipótese das crianças poderem usufruir de mais um turno se existissem vagas sobrantes. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

## ----- Voto de Pesar -----

----- *Ruben de Carvalho* -----  
----- *Ruben de Carvalho faleceu dia 11 de Junho de 2019, com 74 anos, em consequência de problemas de saúde que exigiram internamento hospitalar. -----*  
----- *Intelectual comunista, assumiu uma intervenção destacada na actividade do PCP, tendo desempenhado importantes tarefas, cargos e responsabilidades. Ruben de Carvalho teve uma vida de intervenção e de luta na resistência antifascista, no movimento associativo estudantil, abraçou com intensidade a Revolução de Abril e defendeu os seus valores e conquistas. Destacou-se no jornalismo, na imprensa e na rádio. Deixou à sociedade portuguesa um contributo de grande relevo no conhecimento da música, na sua dimensão artística, cultural e social, no plano nacional e internacional, das suas raízes populares à sua dimensão erudita. -----*  
----- *Membro do Comité Central do Partido Comunista Português e do Executivo da Comissão Nacional da Festa do «Avante!», Ruben de Carvalho nasceu em Lisboa em 21 Julho de 1944. -----*  
----- *Ruben de Carvalho aderiu ao Partido Comunista Português em 1970. Foi funcionário do Partido entre 1974 e 1997. Era membro do Comité Central desde 1979. Foi Membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e do Conselho Nacional de 1992 a 1996. Foi Chefe de Redacção do «Avante!», órgão central do PCP, entre 1974 e 1995. Era membro do Executivo da Comissão Nacional da Festa do «Avante!» desde a 1.ª edição, em 1976, tendo assumido uma intervenção destacada na sua programação cultural, em particular na concepção e organização dos seus espectáculos musicais. -----*  
----- *Desde muito jovem teve intervenção activa na luta antifascista. Enquanto estudante integrou, em 1960, a Direcção da Comissão Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Liceal e da Comissão Nacional do Dia do Estudante (de 1961 a 1964). Já estudante do Ensino Superior participou na luta académica em 1962. Em 1963 integrou a Direcção da Comissão Pró-Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e no ano lectivo de 1964/1965 foi membro da Reunião Inter- Associações (RIA), sendo o responsável pelo Departamento de Informação. -----*  
----- *Esta activa intervenção no movimento estudantil levou a perseguições constantes, por parte da polícia do regime fascista - PIDE - e às prisões fascistas de Caxias e do Aljube. Foi preso em 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965/1966 e de novo em 7 de Abril de 1974. -----*  
----- *Ruben de Carvalho foi membro das «comissões juvenis de apoio» à candidatura do General Humberto Delgado (1958). Foi activista da Oposição Democrática nas «eleições» para a Assembleia Nacional de 1961, 1965 e 1973, tendo nestas últimas integrado a Comissão Central da CDE (Comissão Democrática Eleitoral). -----*  
----- *Após o 25 de Abril de 1974, foi da Direcção Nacional do Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) em 1974, e chefe de gabinete do Ministro Sem Pasta, Prof. Francisco Pereira de Moura, no I Governo Provisório. Foi repórter e redactor coordenador de «O Século» em 1963 e editor-paginador em 1971. «Chefe de redacção da Vida Mundial» em 1967. Teve colaborações em numerosas publicações: «Seara Nova», «Notícias da Amadora», «O Diário», «Diário de Lisboa», «Século Ilustrado», «Contraste», «JL», «O Militante», «Politika», «História», «Vida Mundial» (nova série), «A Capital», «Expresso». -----*  
----- *Foi cronista no «Diário de Notícias» e comentador da SIC Notícias. Dirigiu entre 1986 e 1990 a rádio local «Telefonia de Lisboa» na qual produziu e realizou diversos programas. Foi membro do Conselho de Opinião da RTP em 2002. Produzia, desde*

2009, o programa «Crónicas da Idade Média» e participou no programa «Os Radicais Livres» na Antena 1.-----

----- Foi membro da Comissão Executiva das Festas de Lisboa e da Comissão Municipal de Preparação de LISBOA 94 - Capital Europeia da Cultura, Comissário para as áreas de Música Popular e Edições de LISBOA 94 e Director artístico nomeado pela Câmara Municipal de Lisboa do Festival das Músicas e Portos (1999). Membro do Conselho Consultivo do Centro Cultural de Belém. -----

----- Foi deputado na Assembleia da República, eleito pelo círculo de Setúbal, nas eleições de 1995, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, eleito pela CDU, em Dezembro de 1997 e vereador na Câmara Municipal de Lisboa, eleito pela CDU, entre 2005 e 2013. Foi responsável na Câmara Municipal de Lisboa pelo Roteiro do Antifascismo.-----

----- Foi membro da Comissão Executiva das comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril nomeado pelo Presidente da República. -----

----- Escreveu os livros «Dossier Carlucci-ClA», «Festas de Lisboa», «As Músicas do Fado», «Seis Canções da Guerra de Espanha», «Um Século de Fado», «Histórias do Fado», organizou o livro póstumo «As Palavras das Cantigas» de José Carlos Ary dos Santos e prefaciou diversas obras, nomeadamente «Nenhum Homem é Estrangeiro» de Joseph North. -----

----- Produziu diversos discos e espectáculos, nomeadamente «Uma certa maneira de Cantar», «A Internacional», «Pete Seeger em Lisboa», «25 Canções de Abril», «Lisboa Cidade Abril», «Carvalhesa», «Grândolas», entre outros.-----

----- Ao longo de toda a sua vida, Ruben de Carvalho empenhou-se na luta, com o seu Partido, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração e da opressão. Assim como se bateu por uma cidade progressiva e justa, pelo bem-estar e a felicidade do povo de Lisboa. -----

----- O eleito do PCP na Assembleia de Freguesia de Santo António propõe que a Assembleia de Freguesia de Santo António, na sua sessão de 18 de Junho de 2019, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Ruben de Carvalho, guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família e ao Partido Comunista Português; -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar a Ruben de Carvalho**, apresentado pelo **PCP**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 497-A/019 – Autorização para a Freguesia de Santo António celebrar um Contrato de Delegação de Competências com o Município de Lisboa para efeitos de recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecopontos subterrâneos e vidrões, nos termos contratuais;**-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que era um protocolo objetivo, ao contrário de outros protocolos de delegação de competências que iam à Assembleia. Detetara-se um problema, arranjar-se uma solução e o BE iria votar a favor. -----

----- Fazia sentido que pensassem sobre esse problema premente dos últimos anos na cidade. As Juntas de Freguesia faziam a limpeza das ruas e fazia sentido que também limpassem à volta dos ecopontos. -----

----- Em relação à forma como esse dinheiro iria ser usado, era uma discussão para um próximo ponto de que falariam mais tarde. -----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que pedagogicamente podia ter também um aspeto de fiscalização. Não era competência da Junta, mas que fosse a Câmara a assumir. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que não deixava de considerar positivo apresentar o protocolo à decisão da Assembleia, mas a posição do PCP sobre esse tipo de delegação de competências era conhecida, Aliás, era um problema que a CDU já apresentara na Assembleia. -----

----- Estava-se sempre a falar de economia circular e nem queria falar da quantidade de barcos que iam para os países do terceiro mundo cheios de plástico, que não era reciclado e supostamente deveria ser. -----

----- Quando se chegava aos ecopontos via-se que simplesmente não eram suficientes para a consciência que já ia existindo a esse nível. -----

----- Não obstante o facto dele se centrar sobre uma medida que considerava positiva, a forma como estava a ser feito não era considerada positiva. Veriam depois o que a prática diria a respeito da resolução do problema em concreto. -----

----- Votaria contra o protocolo, mas que não se confundissem as duas situações. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o protocolo chegava ali muito pensado e trabalhado com as 24 Juntas de Freguesia e com o antigo Vice-Presidente Duarte Cordeiro, e o seu assessor Pedro Vaz. Era pensado de forma a dar uma resposta mais rápida, pelo menos a tentariam, do que pelos serviços camarários. -----

----- Não estava a dizer mal dos serviços camarários, mas Lisboa era muito grande, tinha muitos problemas. Não eram só as Juntas fazer, a Câmara também fazia. Não havia um alijar de responsabilidades para a Junta. Havia um protocolo de cooperação da Junta de Freguesia com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Os cem mil euros iam fechados para a limpeza urbana, para a compra de material, compra de carrinha, contratação de mais pessoal. Aliás, abriram-se vagas para contratar cantoneiros. Era apenas um protocolo de cooperação com um valor efetivo de dinheiro para ajudar a Câmara Municipal a trabalhar melhor em Lisboa. A Junta não se sobrepunha à Câmara e a Câmara não se ia sobrepor a ninguém, iam trabalhar todos em conjunto. -----

----- Reiterava aquilo que já dissera na Assembleia de Freguesia anteriormente, que a Câmara tinha ficado amputada de um dos seus melhores braços. O Vice-Presidente Duarte Cordeiro na altura era a pessoa que conseguia casar as vontades com a sua sapiência. -----

----- Provavelmente teriam dentro em breve na Assembleia de Freguesia, se o gabinete jurídico da Câmara conseguisse entender a Lei, também os monos, que na sua opinião deviam ter ido primeiro que os ecopontos. -----

----- A Membro Catarina de Jesus no mandato passado tinha o pelouro da higiene urbana e sabia bem aquilo que se sofria quando passavam de manhã e não apanhavam os monos, que eram da Câmara, e a seguir estava lá o dobro ou o triplo das coisas. -----

----- No seu entender era uma solução que a Câmara e as Juntas davam, mas devia ter sido ao contrário, o ecoponto devia ter sido a seguir e primeiro o dos monos, mas havia uma barreira legal que não permitia. O gabinete jurídico da Câmara estava a tentar arranjar uma solução. -----

----- Infelizmente havia uma falta de civismo e de saber regras. Tinham regras de higiene urbana, por exemplo horas de pôr caixotes nas ruas, que não eram cumpridas. -

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 497-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, PS, CDS e BE) e 1 voto contra (PCP). -----

----- Continuando, perguntou se podia distribuir a informação financeira constante do ponto 8 para que pudesse ser analisada. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Ponto 2 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 498-A/019 – Autorização para a Freguesia de Santo António celebrar um Contrato Interadministrativo de Cooperação com o Município de Lisboa para otimização da utilização das infraestruturas e recursos, ao nível da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços públicos da freguesia de Santo António, nos termos contratuais;**-----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que isso estava muito associado à taxa turística e à documentação sobre o assunto mas a proposta não referia. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** perguntou qual era a diferença entre um contrato interadministrativo e um contrato de delegação de competências. Os dois, embora fossem colocados numa questão administrativa diferente, gostava de saber a razão do contrato administrativo não poder ser um contrato de delegação de competências. -----

----- Era importante referir duas coisas que se percebiam com o relatório: uma, que já sabiam, era que Santo António seria a Freguesia com mais hotéis, 58, e talvez por isso a Freguesia com menos habitantes; outra, no ponto 8, a linguagem que justificava o contrato falava sobre o facto do auxílio financeiro não concretizar nenhum desvio do espírito do legislador, que já tinha estendido o tapete ao regime de parcerias em águas do poder local. Gostava que lhe explicassem o que isso queria dizer, percebia-se que era uma situação concreta mas falava entre linhas e de uma certa forma, “estendido o tapete em águas do poder local”. Queria que esse ponto ficasse esclarecido. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que a sua primeira questão ia no mesmo sentido. Era jurista e portanto não seria por desconhecimento de saber um contrato, mas quando olhava para aquilo pensava se iriam reorganizar os serviços. Não era o caso. Podia ser uma coisa como delegação de competências, por exemplo serviços adicionais de higiene urbana. Se chamassem assim estaria mais adequado. -----

----- Era uma questão que queria colocar, a razão de se arranjar esse nome para uma coisa que não era mais do que a prestação de serviços adicionais. -----

----- O contrato tinha subjacente uma ideia e o estudo técnico operacional ia comprovar, onde havia muita pressão turística intervinha-se mas se essa pressão humana não fosse turística não se fazia a higiene urbana adicional. Perguntou se o contrato era só para cobrir situações relacionadas com o índice de pressão turística. Não era uma questão, era só uma crítica. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que se tratavam de 965 mil euros a ser transferidos para a Junta na sequência da taxa turística e em consequência da pressão do turismo na Freguesia. A transferência da limpeza urbana já tinha sido feita numa negociação anterior. -----

----- Queria deixar claro que esses 965 mil euros eram exclusivamente para serviços de higiene urbana, como estava especificado no contrato. Com os 100 mil da limpeza à volta dos ecopontos e dos vidrões estavam a falar de um incremento no orçamento da higiene urbana de um milhão de euros. A Junta ficava com condições para poder fazer um excelente trabalho, que já tinha executado anteriormente, mas ficava sem condições para poder dizer que não tinha maneira de fazer.-----

----- Havia que comprar viaturas, porque o contrato da viatura elétrica devia estar a terminar, eram 24 meses. Havia que aproveitar esse valor para fazer um investimento muito grande na higiene urbana. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que entendia a posição do PCP. Tinha sido redigido pela CML, posto à votação, não podia responder sobre o que queriam dizer com “águas do poder local”. Podia ter sido negociado com a ANAFRE, mas não sabia. Não conseguia encontrar fórmula jurídica para se escrever entre aspas num contrato. ---

----- Em relação ao índice que o contrato referia estava associado, a pressão turística. Relembrar que, infelizmente, a Freguesia tinha perdido muitos eleitores. Havia quem tivesse ido para o Barreiro, para Almada e para mais longe ainda. Não tinha nada contra essas cidades mas era o que acontecia. A freguesia tinha atualmente 10.860 habitantes, quando tomaram posse tinha cerca de 12.900. Dormiam na Freguesia cerca de 30.000 e “levavam” com 200.000 por dia. Tinham que ser discriminados positivamente de alguma forma. As 24 Juntas de Lisboa eram um todo e tinha que haver um vetor, a Freguesia de Santa Clara não teria a pressão turística como Santo António, mas se calhar até agradeciam e Santo António também agradecia que fossem fazer pressão para outro lado. -----

----- Tinha que haver uma métrica pela qual mais uma vez o Vice-Presidente Duarte Cordeiro tivera imenso cuidado, era um estudo aprofundado da situação. Estavam previstos mais 29 hotéis na Freguesia. -----

----- Sabia de fonte segura que em 2020 iria a pique toda essa história do turismo de quantidade. Eram muito de ir em modas, de ir atrás, mas por exemplo nos anos 80 havia pastelarias, nos anos 90 havia croissanterias em cada esquina e fecharam todas. Eram modas. O AL também acabaria por ir embora, porque cifrava-se na quantidade. -----

----- Lisboa queria ser a capital verde em 2020 e havia um estudo em que era a capital mais poluída por causa dos cruzeiros. Andavam em contrasenso e incoerentes. -----

----- A taxa turística era boa, achava até que a taxa turística para Lisboa era barata, no Porto custava três euros e em Lisboa custava dois, em Roma pagaram seis euros por dia.

----- Os contratos interadministrativos eram uma fórmula que a Câmara encontrara para ir “em socorro” das Freguesias. -----

----- Quanto à aquisição de máquinas, há muito tempo que não usavam o glifosato e tinham que ir à procura de soluções porque as ervas cresciam mais rapidamente, não havia químico e ainda bem, percebia o mal que fazia à saúde, mas depois tinham florestas a crescer na cidade toda. Sem esse dinheiro não havia hipótese de contratar mais gente e ter mais máquinas. Uma das máquinas que procuravam era a que fizesse dois em um, que conseguisse chegar às esquinas das ruas e que ao mesmo tempo varresse e limpasse. -----

----- Uma das carrinhas já deixara de estar ao serviço da limpeza urbana e, portanto, eram mais duas carrinhas, mais pessoas, mais máquinas. Tentariam dotar a Freguesia de meios suficientes e estavam também à procura de um armazém para guardar material da limpeza urbana e a tentar adquirir outro veículo elétrico para ficar especificamente com a monda. -----

----- Estavam também a trabalhar com a Câmara para que resolvesse as falhas de eletricidade no Mercado do Rato sem falhas, porque foram essas falhas que deram cabo das baterias. Também iriam recuperar os dois glutões mais antigos para que se fizesse toda a Freguesia. -----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que lendo o ponto 8 da fundamentação de direito tinha toda a indicação de ser uma justificação porque em termos de contas podia ser levantado qualquer problema. Havia antecedentes e era o que se depreendia desse ponto 8. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 498-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 9 votos a favor de (PSD, PS, CDS e BE) e 1 voto contra (PCP). -----

----- **Ponto 3 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 501-A/019 – 1ª Revisão Orçamental para 2019;** -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que a revisão orçamental tinha que ser feita para incorporar esse valor no Orçamento da Junta de Freguesia. De qualquer forma, o PS iria abster-se devido à distribuição em várias rubricas, quando os contratos diziam que era especificamente para a higiene urbana. -----

----- No espaço público via meio milhão, metade daquilo que seria incorporado nessa revisão orçamental. Tendia a discordar com a distribuição que fizeram, não lhe parecia de todo que fosse correta porque o valor devia ser na totalidade para higiene urbana. ---

----- Perguntou a que se referia a rubrica 030/300, porque tinha outros trabalhos especializados e outros serviços mas não sabia em que pelouro estava. Depois via também para o desporto 40 mil euros em “outros serviços”, calculava que estivesse na rubrica do desporto porque tinha instalações desportivas e recreativas com 10 mil e anteriormente estavam 40 mil. -----

----- Na administração autárquica não ia questionar porque seria o incremento para os novos funcionários da higiene urbana. Nas carrinhas e outro material de transporte via só um incremento de 20 mil euros. -----

----- Havia uma distribuição que não parecia correta e daí a abstenção do PS. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que se iria abster. A revisão tinha que ser feita, embora fosse contra a medida que originariamente justificava essa intervenção ela tinha que ser feita. -----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que a sua intervenção ia no sentido do PS, precisamente a distribuição no que dizia respeito a esse milhão. O Senhor Presidente argumentara onde iria usar esse dinheiro mas no quadro não se conseguia identificar. --

----- Perguntou o que eram as várias rubricas de “outros serviços” e “outros trabalhos especializados. Era normal que já tivessem pensado concretamente onde seria gasto esse milhão e apesar de ser necessária a revisão orçamental, questionava a divisão. Seria necessário que o Executivo argumentasse essa distribuição. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o Orçamento de 2019 aprovado já contemplava uma série de intervenções de otimização nos serviços de limpeza, a contratação e a compra de algumas coisas. Não estava contemplada a contratação de mais gente por causa da verba, que era escassa, mas era de alguma forma pensado em todas as áreas que tinham impacto exterior na Freguesia. Tinham sete ou oito rubricas com intervenção impactante no espaço público, na área geográfica da Freguesia. -----

----- A distribuição da verba tinha sido pensada para de alguma forma todos terem a sua quota parte para ajudar na manutenção da limpeza, como por exemplo os eventos efetuados na Freguesia. Não tinham contratos interadministrativos quando os eventos eram privados, mas muitas vezes tinham que se substituir na problemática do lixo causado por esses eventos. Dava o exemplo do Torel, que até terem essa verba tinham restringido o licenciamento dos eventos do quiosque. -----

----- Era também o ressarcir ao espaço público de verba retirada de lá para ser gasta com a limpeza urbana, tinha que ser reposta por uma questão de justiça. Todos os códigos orgânicos passavam de alguma forma a ter uma bolsa de apoio ao que faziam. Tinha o exemplo do arraial, que causara imensa moossa, apesar da EGEAC ter feito um contrato com uma empresa privada. Tiveram que retirar recursos dos locais para dar reforço ao que estavam a fazer. Assim deixava de ser necessário retirar homens da rua para alocar a um só sítio durante quinze dias, tentando de alguma forma “tapar o buraco”. -----

----- Percebia o que era dito pela Membro Catarina de Jesus, mas durante algum tempo foram retirando dinheiro a outras rubricas para fazer reforço da limpeza urbana. Em relação aos trabalhos especializados, era isso mesmo. Quando se contratava alguém especializado em fazer alguma coisa tinha que estar nessa rubrica. Podia albergar desde a contratação de casas-de-banho públicas, como por exemplo no dia em que o Benfica foi campeão à volta da Praça do Marquês, assim como podia ser o projeto de requalificação do posto do Rato.-----

----- Estavam um pouco periclitantes com as notícias do Senhor Vereador da educação, Manuel Grilo, dizendo que ia pôr a escola de São Sebastião da Pedreira no Largo do Rato, um posto de violência doméstica. Ao ser-lhe perguntado, tanto por si como pela Presidente das Avenidas Novas, o que era aquela notícia, ele disse que não era nada daquilo.-----

----- O Mercado do Rato revertera outra vez para a Câmara, deixava de ser da EMEL. Podia haver uma decisão de recuperar o posto de limpeza e já tinham uma solução B para aquilo que apresentavam e não andava, que era a recuperação dos contentores e a colocação de mais um. As obras saíam da manutenção, não saíam propriamente da orgânica da limpeza urbana. Era apenas uma opção de gestão do Executivo.-----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 501-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 2 votos a favor (PSD) e 8 abstenções (PS, CDS, BE e PCP).-----

----- **Ponto 4 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 502-A/019 – 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos para 2019;**-----

----- **A da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 502-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 2 votos a favor (PSD) e 8 abstenções (PS, CDS, BE e PCP).-----

----- **Ponto 5 – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 475-A/019 – Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração, com atribuição de apoio financeiro, com o Grupo Desportivo “Os Lâncias”;**-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que verificava a falta de uma cláusula que considerava necessária no contrato. Não tinha nada a ver com “Os Lâncias” e a intenção era votar a favor, mas não havia a cláusula do protocolo poder ser denunciado por qualquer uma das partes a qualquer momento, como dizia por exemplo o outro com os enfermeiros.-----

----- Dizia-se que podia ser denunciado por qualquer das partes por incumprimento das condições do protocolo. Não existindo incumprimento era uma protocolo *ad eternum* e não deveria ser.-----

----- Deixava a sugestão para que a maioria dos protocolos pudesse ter como limite temporal o fim do mandato, não obrigando quem viesse a seguir a protocolos ou contratos com os quais pudessem discordar. Não era o caso, concordava com o protocolo, mas deveria ser incluída essa cláusula porque da forma que estava, não havendo incumprimento das condições, era *ad eternum*.-----

----- **A Presidente da Assembleia** referiu que tinha um período de vigência 2019-2020...-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que a solicitação de apoio do Grupo Desportivo “Os Lâncias” era feita anualmente com o preenchimento de um formulário indicado para o caso, onde tinha que apresentar todos os termos legais, a não dívida, a tomada de posse, a ata da reunião. Preenchiam isso anualmente e, caso não preenchessem, não recebiam verba.-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que isso era o incumprimento. O que estava a dizer era que para salvaguarda jurídica e para que todos ficassem descansados existisse uma cláusula a dizer que o contrato era renovável anualmente se não houvesse denúncia das partes.-----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que a vigência estava bem clara e a resolução escusava de estar porque todos os contratos podiam ser resolvidos se a outra parte incumprisse. Isso era de Lei, era do Código Civil. A justa causa existia em qualquer situação ou as pessoas faziam contratos para toda a vida.-----

----- A questão que levantava era que na cláusula segunda determinava-se um montante de apoio e gostaria de saber o que determinava esse montante, porque até podia ser mais. Se eram eles que pediam o montante, se era a Junta de Freguesia que dizia aquilo que podia dar, por que razão se dava a esses e não a outros. Saber o que estaria na base desse apoio.-----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que o Grupo Desportivo “Os Lâncias” apoiava jovens e ensinava o futebol. Também fornecia equipamento desportivo e entrava em competições, nomeadamente nas Olisipíadas. Os seus filhos andavam lá e sabia o trabalho que faziam. Era um trabalho de voluntariado, em que não havia pagamento por parte dos jovens. Havia uma inscrição e não era pedido aos pais nenhum montante monetário.-----

----- Essa oferta que a Freguesia apoiava e muito bem era necessária para jovens diminuídos socialmente e que nunca teriam oportunidade de possuir umas sapatilhas vermelhas e um fato vermelho para se equipararem às outras equipas que tinham financiamento de outras Juntas ou de entidades que o pudessem fazer. Era um trabalho voluntário e que devia continuar a ser apoiado.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o Grupo Desportivo “Os Lâncias” não tinha sede física, devido ao que se passava nessa zona da cidade e na Freguesia em concreto.-----

----- Era solicitada uma verba pelo Grupo Desportivo, apresentava-se ao departamento que fazia as contas através do regulamento de apoio ao associativismo e chegava-se a uma verba. Transmítia-se a quem tinha o pelouro para ser discutida em Executivo. O apoio podia ter várias formas, inclusivamente equipamentos novos.-----

----- O Grupo Desportivo “Os Lâncias” não vivia os seus melhores tempos mas com a dedicação dos elementos da direção conseguia-se manter pelo menos à tona de água. --

----- As associações viviam de verba despendida por exemplo pela Câmara, sabia que o Grupo Desportivo “Os Lâncias” também pedia apoio à Câmara. Vivia desses “balões de oxigénio” que as entidades públicas podiam dar.-----

----- Havia clubes que tinham mais sócios do que outros e o êxodo que acontecia na zona da Freguesia era sentida. Perguntou como alguém poderia ser sócio de um clube sem uma sede física. Por muito que se tentasse não havia e aquilo que havia, passível para ser alugado, custava um balúrdio.-----

----- O valor era entregue ao Grupo Desportivo e ele fazia a gestão do seu dia a dia, da lavagem dos equipamentos, do processo burocrático, a compra do economato, compra de bolas, de pinos, de lanches, o transporte dos miúdos. Não tinham só o apoio da Junta, havia o apoio da Câmara e se calhar de alguma pastelaria da Freguesia capaz de fazer chegar os lanches uma vez por outra.-----

----- Havia três clubes na Freguesia, o Grupo Desportivo “Os Lâncias”, a Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro e o Clube de Futebol “Unidos da Glória”. “Os Lâncias” tinham futsal e entravam nos torneios, iam às Olisipíadas, não tinham equipa federada porque para isso precisavam de outro tipo de condições. Ainda bem que a

direção via isso, para não dar passos maiores do que as pernas e depois estatelar-se ainda mais ao comprido. -----

----- A João Rodrigues Cordeiro (SFJRC) tinha um espaço que atualmente era utilizado pela Junta quase na sua totalidade. O Clube de Futebol “Unidos da Glória” estava no momento ilegal, não podia solicitar apoio, porque os estatutos do clube previam que ele teria que ter uma equipa de futebol, não tinha direção eleita, não havia atas de tomada de posse nem nada, tinha uma ordem de despejo. -----

----- Eles solicitaram apoio e aí estava uma situação em que a Junta dizia que não. Foram para os jornais a dizer que a Junta não os apoiava mas depois tinha explicado aos jornalistas a razão de não apoiar. Pior do que isso, fora jogador daquele clube de futebol durante oito anos, federado e com ida à seleção por aquele clube quando aquilo era um clube, quando tinha uma direção eleita, quando tinha sócios. -----

----- Eram as associações que tinham, os Bombeiros Voluntários da Ajuda foram para a Ajuda e ficaram com os Lisbonenses, que iam para o Rêgo. -----

----- Fizeram-se obras de reabilitação na SFJRC porque ficaram com a utilização e todos os dias havia actividades: boxe, tango, escola de teatro, estava lá a “Bússola”, esgrima, campeonatos de sueca. Gostaria de fazer a mesma coisa com uma sede fixa dos “Lâncias” e não conseguia porque eles não a tinham. Gostaria de fazer obras de reabilitação no espaço do Clube de Futebol “Unidos da Glória” mas não conseguia porque eles não queriam. -----

----- Gostaria muito de chegar ao pé do Presidente do “Lâncias” e ver o que podiam fazer na sede, mas não havia. O apoio era para as equipas que tinha, o número de jogadores. Ele até podia pedir mais e logo veriam se davam ou não. Imaginando que conseguiam um sítio mas precisava de obras, sentavam-se e logo veriam. -----

----- Havia duas associações na Freguesia que tinham uma coisa muito boa e com as quais tinham trabalhado diretamente, a Casa de Arganil e a SFJRC, era deles e não tinham que pagar aluguer, ninguém os punha fora. A Casa de Arganil tivera um incêndio muito grande e o seguro pagou toda a recuperação. A SFJRC tinha uma direção eleita de sócios, de miúdos que cresceram lá dentro e que levaram aquilo para a frente. Sentaram-se com a Junta e disseram que queriam ajuda. -----

----- A Junta apoiava as associações e custava-lhe muito não apoiar os “Unidos da Glória”. O edifício era da Junta de Freguesia da Alpendurada, comprado por um fundo imobiliário e eles estiveram sem pagar renda três ou quatro anos. Não havia como defendê-los porque eles não tomaram posse, não tinham eleições. Pediam-se os estatutos e os sócios e não havia. -----

----- O Clube de Futebol “Unidos da Glória” fundado em 25 de outubro de 1974 tivera como fiador a Junta de Freguesia de São José. O Presidente da Junta também era Presidente do clube porque naquela altura era possível, atualmente já não era. -----

----- **Membro José Manuel dos Santos (PS)** disse que “Os Lâncias” faziam um trabalho que a população não se apercebia, exceto os pais dos meninos. Estavam a treinar na Academia Militar e a logística era muito complicada. À quarta-feira tinham que ir com dois sacos de bolas e com lanches para dar aos meninos, ao sábado levava o seu carro porque tinha autorização para entrar na Academia. Iam vivendo assim. -----

----- Todas as verbas eram bem vindas e recebiam apoio da Câmara. Tinham que apresentar certidões das Finanças e da Segurança Social, tinham que entregar plano de atividades, a Câmara exigia estatutos oficiais para continuar a ter subsídio. Todo o dinheiro que adquiriam não era para gastar em proveito, como sabiam que anos atrás acontecia. Era bom terem que apresentar as faturas onde se gastava o dinheiro, para a fiscalização ser transparente em todos os aspetos. -----

----- Informou que não participaria na votação dessa proposta. -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 475-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- (Membro José Manuel dos Santos não participou na votação)-----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e deliberação da Proposta – Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração com a Ordem dos Enfermeiros, Secção Regional Sul;**-----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que esse protocolo era um mistério. Não o via à partida como um facto negativo, apenas questionava de onde vinha e porquê nesse momento.-----

----- Uma coisa que surgia no protocolo era a localização e a justificação encontrada para a localização. Percebendo que à partida todo o apoio técnico era prestado pela entidade que cedia o desfibrilhador, quando se dizia que o colocavam na Rua Castilho porque passavam por ali milhares de pessoas diariamente, então noutros sítios da cidade passariam milhões, como na Avenida da Liberdade ou no Rato, na Rua de São José. Gostava de saber como isso tinha nascido, o que estava em causa, porque era um pouco estranho e inesperado de repente numa rua instalar-se uma coisa dessas.-----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que tinha algumas questões em relação a esse protocolo e depois da sua explicação faria uma sugestão ao Executivo para adiar essa proposta.-----

----- Perguntou se tinha sido a Junta a entrar em contacto com a Ordem dos Enfermeiros (tendo sido respondido que fora a Ordem dos Enfermeiros a contactar a Junta).-----

----- Referiu que a entidade creditada para esse tipo de equipamentos era o INEM e não sabia quem tinha dado a sugestão do local mas já existia um levantamento pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de vários locais da cidade onde colocar esses equipamentos. Foram colocados uns no Parque das Nações, existiam noutros locais da cidade. Era importante ver com outras entidades se existiam já locais definidos e se algum desses locais era na Freguesia. O INEM era a entidade acreditada para esse tipo de aparelhos e que colocara os aparelhos no Parque das Nações.-----

----- Sugeriu que até terem mais informação sobre essa situação, que não era uma coisa urgente, passassem esse protocolo para outra Assembleia de Freguesia e com os dados já em concreto.-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que também gostava de perceber a questão da cabine, o que era, que dimensão tinha e onde ficava. Embora não tivesse vontade nenhuma de usar o aparelho, se o tivesse que usar era só até às cinco da tarde porque a partir daí acabava. Quem quisesse ter um ataque de coração era entre a nove e as cinco.

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o protocolo do INEM no Parque das Nações era específico, era o primeiro teste de pôr desfibrilhadores automáticos na via pública. Dos que foram colocados só restava um, os outros foram furtados.-----

----- A entidade INEM era uma das sete ou oito que podiam fazer esse tipo de protocolos, o Ministério da Saúde, a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Enfermeiros, o INEM, Escola Nacional de Bombeiros. Entidades que podiam fazer esse tipo de protocolos porque estavam creditadas para o efeito. A Ordem Regional dos Enfermeiros, através da Ordem dos Enfermeiros, estava creditada para esse tipo de protocolos. Era a massificação do conhecimento para a utilização desses aparelhos.-----

----- A Ordem Regional dos Enfermeiros tinha proposto à Junta como projeto piloto na Baixa da Cidade esse aparelho à porta da sede regional da Ordem dos Enfermeiros.-----

----- Qualquer pessoa que soubesse podia utilizá-lo. Por exemplo na Junta de Freguesia havia 18 funcionários creditados para o efeito, que tiveram formação já nesse mandato

com a DAE, ministrado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros da CML, outra entidade que podia fazer protocolos com as Juntas. -----

----- Todos os levantamentos efetuados e não informados diziam a mesma coisa. Não tinham sido informados de levantamento nenhum. Havia a Ordem Regional dos Enfermeiros na Freguesia a propor colocar um DAE às custas dos mesmos na via pública, das nove às cinco tinha a Ordem dos Enfermeiros aberta e a partir daí para qualquer pessoa que tivesse conhecimento. -----

----- Tinha dado uma ajuda imensa aos bombeiros dentro das ambulâncias e chamavam a isso o desfibrilhador para estúpidos. Dizia tudo, pôr um autocolante ali, carregar, afastar, ele dizia tudo. Qualquer pessoa que tivesse o conhecimento do suporte básico de vida conseguia utilizar. Das nove às cinco havia ali um enfermeiro, das cinco em diante qualquer *maitre d'hotel* que estivesse à porta, porque todos os hotéis eram obrigados a ter DAE e esse curso. -----

----- Havia 18 pessoas da Junta de Freguesia formadas para o efeito, havia imensos hotéis naquela zona e fizera-se a escolha ali porque era uma experiência pela Ordem Regional dos Enfermeiros e a Junta de Freguesia de Santo António. Ter a possibilidade de um aparelho lá fora que podia salvar vidas, nunca iria dizer que não. -----

----- Não era só o INEM que estava creditado para o efeito. A própria CML, através da Proteção Civil, podia e devia, seria o próximo passo, fazer protocolos de cooperação com alguém que pagasse o aparelho. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que havia sempre riscos em pôr esse tipo de aparelho na rua, mas naquela zona tinha hotéis por todo o lado e havia sempre alguém à porta com pessoas credenciadas. A higiene e segurança no trabalho obrigava a que os hotéis tivessem pelo menos 70% dos seus empregados formados com o DAE. Enquanto agente de socorro achava por bem ter na rua algo que pudesse salvar uma vida. A proteção civil começava em cada um, era a frase que a Câmara usava nos panfletos. -----

----- **A Presidente da Assembleia** perguntou se o DAE era instalado com uma cabine.

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que o DAE ia com uma caixa em acrílico, exatamente como estava nas Amoreiras ou no Colombo, passível de ser aberta e retirado o aparelho. Tinha ali o seu posto fixo. Era uma competência direta da Junta de Freguesia mas quando o colocassem iriam informar o Serviço Municipal de Proteção Civil e o Regimento de Sapadores Bombeiros, informariam as entidades previstas nesses casos. Era exatamente como mandar as contas para o Tribunal de Contas. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que se havia instituição que não iria desconfiar de vigiar a Junta de Freguesia de Santo António era a Ordem dos Enfermeiros. A localização devia ser junto às suas instalações e sendo a custo zero não sabia qual era a dificuldade, não havia nada escondido. A terceira causa de morte em Portugal eram os acidentes vasculares cerebrais e seria pena alguém morrer porque não deixaram instalar. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Ordem Regional dos Enfermeiros estava a utilizar a Freguesia de Santo António, onde tinha a sede, para esse primeiro certame. Era ideia da direção fazer isso em toda a Lisboa e com todas as Juntas de Freguesia. -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta – Aprovação para a Freguesia de Santo António celebrar um Protocolo de Colaboração com a Ordem dos Enfermeiros, Secção Regional Sul**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 6 votos a favor (PSD, CDS, BE e PCP) e 4 abstenções (PS). -----

----- Continuando, disse que os pontos 7 e 8 eram adiados. -----

----- **Ponto 9 - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 512-A/019 – Adesão à Associação Limpeza Urbana – parceria para Cidades Inteligentes e Sustentáveis;**

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que não tinha nada contra essa adesão, apesar de estranhar que não estivesse ali a Câmara Municipal de Lisboa, não estava na criação e não sabia se já estaria. Aliás, faltavam muitas câmaras e seria interessante saber quem já estava. -----

----- Era dinâmico, podia estar alguém nesse momento a aderir e portanto teria que haver um site onde constasse essa informação. Por vezes a candeia que ia à frente não iluminava duas vezes e não sabia se não seria melhor a Junta esperar por uma dinâmica maior nessa associação. Não sabia quem eram os seus membros, os corpos sociais, porque essa informação não era prestada. Se seria uma associação dominada por algum lobby ou não. Preferia ter maior conhecimento sobre a mesma. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia uma comissão instaladora, a associação tinha sido formada pouco tempo antes e surgia no âmbito de um colóquio sobre limpeza urbana e ambiente em Cascais. -----

----- Realçava a importância da sustentabilidade e do ambiente também a começar dentro de casa. Ia de encontro à carta de princípios que estava ser elaborada dentro da Freguesia para melhores práticas ambientais no trabalho do dia a dia. -----

----- Em relação à posição de entrada no seu início, o Executivo não gostava de ir a reboque, gostava de liderar. Era uma tomada de posição forte. -----

----- Não sabia se a Câmara de Lisboa já tinha aderido. Sabia que estivera presente nesse colóquio, que saíram de lá muito boas práticas, com boas soluções, com pessoas de fora e com outro tipo de olhar sobre a sustentabilidade e o ambiente dentro da limpeza urbana. Era um passo em frente no mundo que queriam deixar aos filhos e netos. -----

----- O proveito que podiam tirar da experiência dos outros pertencendo a essa associação, o que ficava no ar era uma espécie de ANAFRE do ambiente para as autarquias, onde toda a gente iria estar. -----

----- Era importante estarem todos cientes que em tudo aquilo que pudesse dotar de informação para terem boas práticas ambientais nos serviços das Juntas de Freguesia, era importante estar no pelotão da frente. -----

----- Estavam a falar de Municípios do Minho à Madeira. Não estavam a falar de um lobby, eram câmaras municipais e estavam vários espetros políticos. -----

----- Tratava-se de dois mil euros por ano para ter informação concreta, coisas específicas para poderem melhorar o trabalho da Freguesia em questões ambientais. Enquanto gestor da causa pública não via que qualquer cêntimo investido na proteção do ambiente pudesse ser mal visto. -----

----- **A Presidente da Assembleia** perguntou se a direção era Cascais. A morada era Cascais, Alcabideche. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era uma comissão instaladora. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 512-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 2 votos a favor (PSD) e 8 abstenções (PS, CDS, BE e PCP)-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** sugeriu ao Executivo que daí a um ano fizesse um ponto de situação à Assembleia sobre a forma como estava a decorrer o projeto. -----

----- **Ponto 10 - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 514-A/019 – Celebração de protocolo de cedência de bem no âmbito do programa de sensibilização ambiental relativo a boas práticas de tratamento de pontas de cigarros;** -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que a sua questão não se prendia com a ideia subjacente ao protocolo, com o qual concordava, mas com a vigência mais uma vez, que estava com um espaço em branco. Seriam muitas as entidades que podiam solicitar os cinzeiros e era a Junta que suportava o custo. Gostava de saber o impacto desse custo nas contas da Freguesia. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que fumava e o Senhor Presidente era testemunha que não mandava uma única beata para o chão. Quando fumava cigarros normais tinha um cinzeiro portátil. Deviam começar a sensibilizar os funcionários da Junta primeiro a não mandarem beatas para o chão. Ficava muito feliz com o protocolo. Não teriam os frutos que queriam no início mas era um começo e realmente essa questão das beatas era um horror. Quem pensava que colocar nas caleiras resolvia muita coisa, era pior a emenda que o soneto. Se a beata ficasse no chão era varrida e colocada num contentor de indiferenciados, se fosse pela caleira ia diretamente para o rio e para o mar.-----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que podia lembrar o velho princípio do utilizador pagador que muitos gostavam e dizer que os fumadores deviam pagar isso. Não estava de acordo com esse princípio mas parecia-lhe que implicava fornecer a título gratuito cinzeiros a quem se candidatasse. Independentemente do carácter positivo ou negativo, alguém que tivesse um café tinha o dever de fazer com que o seu café não sujasse a via pública sem ter que esperar apoios públicos para o efeito. Funcionava quase como uma espécie de apoio público, a não ser que a componente sensibilização pudesse compensar esse efeito. Isso devia estar de alguma forma subjacente. No fundo estavam a dar cinzeiros a entidades que deviam ter elas próprias a obrigação de zelar pela não propagação das beatas nos espaços públicos. -----

----- Era só isso que queria dizer, independentemente do carácter de sensibilização e de propagação de boas práticas que essa proposta pudesse eventualmente ter. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que morava em Campo de Ourique e em frente havia um café que tinha uma mesa amovível, em que as pessoas tomavam café e ele punha um caixote de lixo onde podiam pôr o açúcar e a beata. Acontecera que numa fiscalização foi ameaçado de multa, tinha que tirar o cinzeiro grande por ser ocupação de espaço público. Aquele comerciante estava a tentar que não houvesse ali beatas. Se a Junta oferecesse os estabelecimentos não estariam a transgredir a Lei. Não podiam pôr nada à porta porque era ocupação de espaço público. Fazer uma ação de sensibilização era muito importante, mesmo que fosse o utilizador pagador. Só pagava autoestradas porque andava nelas.-----

----- **Membro Mariana Gomes (BE)** disse que o valor dos cinzeiros não estava no contrato e achava estranho votarem um contrato sem o valor inserido. Podiam estar a falar de milhares de cinzeiros e milhares de euros. Era importante terem essa informação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que só através do conhecimento podia haver entendimento. Era uma questão de sensibilização e até achava estranho algumas tomadas de posição em relação a essas atitudes da Freguesia. O protocolo responsabilizava a pessoa coletiva ou entidade estatal pela manutenção desse dito cinzeiro, um objeto que seria colocado numa parede caso fosse possível, ou num poste. Existiam regras para colocar objetos nessa zona da cidade. Se fosse o comerciante a pôr à porta o cinzeiro tinha que pagar espaço público porque a Lei era assim.-----

----- Era uma minuta fechada, só mudava o nome, por exemplo com o Tivoli, o São Jorge, o Ribadouro. Responsabilizava as entidades que assinassem o protocolo pela manutenção daquele objeto. Por estranho que pudesse parecer, o objeto em si era a cara da sensibilização. O cinzeiro era feito em materiais que não conseguiam ser reciclados,

que não desapareciam da face da terra. Se desse resultado, talvez as caixas dos ecopontos pudessem ser feitas nesse tipo de material.-----

----- Podiam autorizar ou não a Junta a fazer, mas era uma coisa que responsabilizava a entidade, ou fosse ela quem fosse pela manutenção, por descarregar o próprio cinzeiro. Por exemplo os cafés eram responsáveis pela sua área mas era tão dinâmica que as pessoas por vezes levantavam-se e iam fumar mais longe para não incomodar ninguém na esplanada. A própria esplanada tinha cinzeiros nas mesas. -----

----- Disse que estava a ser pensada no Parlamento uma Lei que não iria servir para nada, 500 euros por alguém que deitasse a beata. Estaria um polícia em cada esquina. Era utópico. Tinham que sensibilizar e fazer parte da educação cívica com projetos próativos, dinâmicos e visíveis ao olho humano. Esquecessem os 500 euros por beata porque era utópico. -----

----- O que se estava a pedir à Assembleia era autorização para esse protocolo de cooperação com as entidades. A Fidelidade era um exemplo crasso disso e a Senhora Presidente via o mesmo quando ali passava. -----

----- Disse que o 46 da Alexandre Herculano tinha um cinzeiro. Por vezes estava lá muita gente a fumar. A Junta de Freguesia iria colocar à porta para quem quisesse ser responsável por essa atitude próativa a favor do ambiente. -----

----- Custava ao início, era batalhar contra hábitos enraizados. Se fossem à Rua de São José, havia sítios específicos em que olhavam para o chão e aquilo estava com muito mais beatas. Se os poderes públicos tinham a possibilidade de fazer alguma coisa e não faziam, então estavam mal.

----- Havia uma frase que o tirava um pouco do sério, “mande beatas para o chão para dar trabalho aos senhores da limpeza porque senão vai tudo despedido”. Havia sempre muito trabalho para fazer sem ser propriamente varrer. Se tirassem as beatas de lado em tudo o que variavam na Freguesia, por dia era capaz de ter alguns sacos. -----

----- Era uma primeira abordagem, mas o desbravar de um caminho e alguém tinha que o começar. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que as perguntas colocadas pela Assembleia não foram respondidas. -----

----- Estavam todos de acordo com a ideia subjacente ao protocolo, todos de acordo quanto às beatas. Estava no protocolo e ninguém punha em causa que a manutenção era feita por quem iria receber, nada disso estava em causa. -----

----- A questão era que o Senhor Presidente pretendia a aprovação de um protocolo que deixava em branco o número de entidades que podiam aderir. Dizia que não seriam milhares mas não sabia, podia ser ou não, não havia um limite por exemplo até 100 unidades e que daí não passava. Também um preçário para saber quanto custava à Junta de Freguesia o cinzeiro tipo A, um cinzeiro tipo B ou tipo C. Assim era um tiro no escuro. -----

----- Ninguém estava contra a ideia, estava perfeito pôr cinzeiros em todo o lado, mas que os fregueses pudessem saber quanto custava essa boa ideia. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que reiterava a questão dos custos, seria de bom tom a Assembleia ter acesso ao orçamento dos cinzeiros. -----

----- Não sabia como iriam fazer a campanha de sensibilização mas por vezes imagens um pouco chocantes, para as pessoas terem consciência sobre manterem as beatas no chão. Haveria de ter um logotipo da Junta, uma mensagem qualquer com uma coisa mais agressiva para chamar à atenção poderia ser bom. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a campanha a ser levada a cabo pela Junta de Freguesia era uma atitude de sensibilização ambiental e de educação cívica para futuro que podia ser dita de várias formas. -----

----- Não gostava da dicotomia esquerda/direita porque isso já não existia desde a Revolução Francesa, mas ver a esquerda levar ali pela negativa o fazer-se uma campanha de sensibilização, aliada à direita, era uma coisa que lhe dava alguma surpresa. -----

----- Diziam uma coisa nos patamares acima e depois diziam outra lá em baixo. Isso ficava uma baralhação completa porque a preocupação parecia ser números. Podia dizer que ficava em cerca de 45 euros cada cinzeiro, colocados numa média de 250 para iniciar. A quem entregassem ficava responsável, quem partisse pagava. -----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** perguntou porque não ficava no protocolo os 45 euros. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que o número podia variar e se fizessem uma encomenda maior era mais barato. A Assembleia queria decidir a gestão política da decisão ambiental. -----

----- Mais explicações não conseguia dar. Era uma medida ambiental, se não queriam aprovar então que não aprovassem. Quase que estavam a pedir as empresas. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** disse que mais uma vez considerava a proposta muito boa e queria que ela acontecesse mas não iria aprovar uma proposta que era uma carta branca para o Executivo usar o dinheiro que lhe apetecesse e não era só uma questão de dinheiro. A Assembleia e os fregueses de Santo António tinham o direito de saber. Perguntou para que servia terem aprovado um Orçamento para 2019. Era precisamente para saberem onde o Executivo pensava usar todo o dinheiro que tinha disponível na Freguesia e para os fregueses de Santo António. O Orçamento previsto e executado, se não correspondesse às expectativas alterava-se e discutiam isso outra vez mas tinham que saber quanto a Junta de Freguesia estava a pensar gastar nessa medida. Tinham o direito e o dever de ter acesso a essas contas, ou era uma carta em branco e não iria votar a favor de uma carta em branco. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ninguém tinha perguntado quanto iriam custar as máquinas das limpezas. Perguntou se eram dois pesos e duas medidas. -----

----- **Membro Catarina de Jesus (PS)** referiu que tinham votado dois protocolos com o valor associado a uma alteração ao Orçamento que indicava onde seria usado cerca de um milhão de euros. O Orçamento fora votado, envolvia dinheiro e tinham a indicação do dinheiro. Não era dois pesos e duas medidas, era que um tinha orçamento e o outro não. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que o próprio protocolo dos “Lâncias” também tinha os valores envolvidos. Portanto, não se tratava de colocar em causa a medida, a sensibilização era uma coisa bem vinda mas não gostava de passar cheques em branco... -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** solicitou o adiamento desse ponto. Depois explicaria em comunicado. -----

----- **Membro Hugo Dionísio (PCP)** disse que isso era populismo e não era disso que se tratava. -----

----- No dia em que não houvesse esquerda e direita deixava de haver preto e branco. Chamassem esquerda ou direita, as ideias não eram todas iguais e nunca iriam ser. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o ponto era adiado, se a Senhora Presidente assim o entendesse. -----

----- Disse que estavam a fazer com que a Freguesia de Santo António fosse impedida de liderar uma iniciativa ambiental. Percebia o desconforto que era causado com as iniciativas pioneiras. -----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que podia perfeitamente ser adiado para a próxima Assembleia, com o orçamento associado. No entanto, estava disponível para marcar uma Assembleia extraordinária com esse ponto.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não se tratava do custo dos cinzeiros, tratava-se da solução de um protocolo para celebrar com as entidades. -----

----- Desvirtuaram completamente a tentativa desse projeto ambiental e mandando para aquilo que estava na moda, o seu custo. -----

----- Era possível à Freguesia de Santo António adquirir os cinzeiros e tomar uma iniciativa de colocar cinzeiros no meio da rua. Aí já ninguém lhe ia perguntar o que andava a fazer, porque podia adquirir os mesmos cinzeiros sem ter que ir à Assembleia.

----- O que estava em causa era um protocolo que iriam assinar com outra entidade. A sua capacidade executiva de tomar decisões de gestão não tinha que ir ali, mas sempre que ia ali havia uma problemática. Na democracia ganhava quem tinha mais votos, era chato.-----

----- Estavam a pôr em causa um protocolo. -----

----- **A Presidente da Assembleia** referiu que não era preciso mexer no protocolo. Era na proposta que se incluía essa componente, não era no protocolo a assinar com as entidades que iria dizer se o cinzeiro custava X ou Y. -----

----- **Ponto 11 - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 515-A/019 - Celebração de protocolo com o Rotary Lisboa Centro;** -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 515-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 12 - Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 502-A/019 - Celebração de protocolo com o Observatório do Mundo Islâmico – IWO Associação;** -----

----- **A Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 502-A/019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 13 - Comunicação trimestral do Presidente;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o relatório estava atempadamente nas mãos de toda a gente. Eram mais três meses de trabalho de uma equipa que muito o honrava estar à frente. -----

----- Infelizmente o Espaço Júlia era tema desses três meses de trabalho, com várias visitas de entidades e pessoas ligadas à governação do País. Tiveram a visita da Doutora Assunção Cristas, do Doutor Rui Rio e de outras entidades que davam nota do interesse e das boas práticas desse projeto da Junta de Freguesia que infelizmente era um sucesso.

----- As peças produzidas por uma equipa da comunicação e o projeto que tinham do Cinema de Palmo e Meio, ensinado aos jovens a sétima arte. Talvez pudessem descobrir ali o próximo Spielberg ou César Monteiro. -----

----- Na cultura, desporto, animação do espaço público e prevenção de comportamentos de risco o trabalho era mais que muito. Tiveram mais uma vez um grande *feed-back* do projeto “Passaporte da Leitura”, das escolas básicas que tinham trabalhado afincadamente nesse projeto e a maioria dos miúdos aprendia a gostar de ler, o que era muito bom. -----

----- Na educação tinham dado alguns passos, até com as novas competências, com intervenção mais direta no dia a dia das escolas. Intervenções mais profundas como teriam durante as férias nas casas-de-banho. Já não eram só pequenas reparações, já podiam decididamente intervir em algumas partes mais importantes das escolas. -----

----- Nesses três meses os espaços verdes tinham melhorado a olhos vistos com os projetos de execução em andamento, aquele que já tinha sido feito na parte de cima do jardim das Amoreiras, aquele que ia entrar na parte de baixo para o parque canídeo. Quanto às podas feitas em algumas ruas da Freguesia, durante anos, ainda quando não eram competência das Juntas de Freguesia, as árvores foram deixadas a crescer. Sabia que a cidade era muito grande e que tinha demasiados problemas, mas atualmente em quase todas as ruas da Freguesia havia intervenções no arvoredo com o seu equilíbrio, podas de manutenção, podas de segurança e em alguns casos abates, sempre com a CML e o aval do ICNF. Tudo estava em bom andamento. -----

----- No espaço público fizera-se em três meses a requalificação de 1398 metros quadrados de calçada. Era difícil porque tratava-se de calçada velha, a manutenção da mesma devia ser a requalificação dos passeios e não só manutenção, mas andavam a negociar com a CML para que a requalificação nas mais prioritárias fosse uma realidade. -----

----- Aconteceram as eleições com o resultado que todos viram. Lisboa e a Freguesia de Santo António foram um pouco ao contrário dos resto do País, com uma taxa de afluência de cerca de 51%. Era má porque metade das pessoas deixaram de exercer o seu direito e parecia-lhe um sinal de descontentamento da população não só com o dia a dia, mas também com o acreditar naquilo que a política lhes dava. -----

----- Queria salientar a requalificação dos canteiros da Rua Braancamp e da Rodrigo da Fonseca, que quem lá passava via uma diferença abissal, a requalificação da parte superior do jardim das Amoreiras onde tiveram que pôr um polícia municipal de forma preventiva. Estava lá para sensibilizar as pessoas não deixarem os seus cães irem para aquilo que fora requalificado. Mesmo assim tiveram que intervir novamente com a replantação de relva queimada com a urina dos cães. -----

----- O Dia da Criança tinha sido no jardim das Amoreiras, um sucesso enorme com uma boa adesão. Aí tiveram o *feed-back* que as pessoas daquele lado da Freguesia sentiam com o jardim requalificado. -----

----- Na ação social continuavam os projetos que tinham. Com a saída de muitas pessoas da Freguesia os números da ação social desceram. Não desceram porque deixava de ser necessário, desceram porque as pessoas saíram dali e preocupava-o genuinamente o sítio para onde as pessoas iam porque podiam não ter o mesmo tipo de apoios. Teriam outros com certeza mas podiam não ter o mesmo tipo de apoio que tinham ali. Não se podia continuar a apoiar quando a pessoa ia embora. Tentava-se encaminhar para os sítios, perguntar o que as Freguesias tinham daquele lado que pudesse ser benéfico, mas nem sempre sabiam para onde as pessoas mudavam. -----

----- Deixava um alerta de preocupação porque os números da ação social desceram realmente e não era por deixar de ser preciso, era porque as pessoas foram embora. Ainda no dia anterior a polícia fizera uma intervenção num edifício ali perto e por vezes o que diziam nas televisões não era verdade, o edifício fora comprado e o senhorio tinha retirado os corrimões e a luz da escada, a Junta tinha ido pôr e ele retirou outra vez, chamaram a polícia e o senhor foi identificado. Era *bullying* imobiliário que existia e ainda não parara. Nesse caso deram conta mas havia outros de que não sabiam. Quem tinha vivido ali toda a vida se calhar depois não tinha proximidade noutra lado, mas era preciso ter em atenção e se calhar levar para cima. -----

----- Havia dois ou três elementos que até tinham boas ligações com os seus partidos e com assento na Assembleia da República e se calhar tinham que levar essa problemática em que ninguém pensava, como outra que ninguém via. Uma casa que estava preparada para ser de uma família de duas ou três pessoas e de repente levava com quinze ou vinte, os esgotos não aguentavam e tinham vários problemas na Freguesia com isso, os

esgotos não aguentarem a pressão que era exercida. Lançava o repto para que fizessem chegar às bancadas a preocupação. As necessidades de uma Junta de Freguesia em Almada eram diferentes dali.-----

----- Desde 2015 que defendia essa posição, que nas coisas deixadas sem regulamentação acontecia como com os bancos, rebentavam. Tiveram vários prédios com os esgotos rebentados porque uma casa para três pessoas tinha quinze ou vinte. Como não se via não parecia um problema mas era um problema. Os esgotos em Londres implodiram, estavam a gastar muitos milhões de libras para construir esgotos ao lado dos outros. Tiraram uma bola de quinze toneladas de gordura dentro dos esgotos.-----

----- Em Lisboa tinham que olhar para a cidade e para debaixo do chão. Por exemplo a Rua do Carrião era uma rua muito inclinada, se um dos prédios cedia era tipo baralho de cartas.-----

----- Pedia a ajuda de todos para levarem esses problemas às bancadas da Assembleia da República, porque isso não estava a ser falado. O *bullying* imobiliário era uma palavra muito gira para se dizer nos telejornais, mas soluções de intervenção direta e não estava a falar de descentralização de competências, pedir ajuda ao Governo e às bancadas parlamentares para levantarem essas questões lá, essa preocupação com os esgotos porque ninguém estava a tratar disso.-----

----- Estavam com um problema grave e pedia que levassem essa preocupação para ver se de baixo conseguiam alertar os poderes de cima.-----

----- **A Presidente da Assembleia** disse que tinha uma proposta da eleita do BE Mariana Gomes e que dizia o seguinte:-----

----- *“Que seja dada uma nota informativa e descritiva na Assembleia ordinária de junho de 2020 sobre a atuação da Associação Limpeza Urbana, o seu quadro de atividades e a atuação com a Junta de Freguesia de Santo António.”*-----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **Proposta apresentada pelo BE**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 8 votos a favor e 2 votos contra.----

----- **Membro José Manuel dos Santos (PS)** disse que sobre o Espaço Júlia havia a seguinte referência: “Tem como objetivos a intervenção direta nas denúncias de violência doméstica, em articulação com as diversas entidades”. Acontecia que no dia 7 desse mês, no programa da SIC do Hernâni Carvalho, foi referido que uma senhora tinha ido fazer uma denúncia ao Espaço Júlia por três vezes e não aceitaram. A senhora acabara por desistir.-----

----- A informação que deram ao Hernâni Carvalho era de que a polícia que estava ali naquele dia não tinha conhecimento para aceitar nota dessa denúncia e por isso perguntava ao Senhor Presidente se tinha conhecimento desse aspecto e se a polícia já tinha a informação correta.-----

----- Ficara chocado porque era uma bandeira que tinham na Freguesia e ver num programa de televisão que não fora aceite por três vezes.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a denúncia tinha sido feita por telefone, não sendo dado o nome da vítima nem o número de polícia da porta. Solicitara-se à senhora que se deslocasse à esquadra da área para poder dar os elementos que tinha à PSP. Depois da polícia ter lá ido a senhora não indicara. Isso tinha sido tudo dito no programa.-----

----- Das três vezes que a senhora ligou para o Espaço Júlia fora indicado que sem outros dados não se podia avançar com mais nada. Depois de ter lá ido a polícia e os técnicos da esquadra da área a senhora não indicara o local correto.-----

----- Juridicamente não era possível o Espaço Júlia ir a isso. Fora lá a esquadra da área, que tinha o auto e depois de ver a notícia enviara tudo para o programa do Hernâni. Não era considerado violência doméstica pela PSP.-----

----- Infelizmente o Espaço Júlia funcionava, tinha a sua vertente importante no combate à violência doméstica, mas não podia funcionar por meias palavras.-----

----- Se o Membro José Manuel dos Santos tinha visto o programa devia ter dito todas essas coisas. Nesse caso específico o promotor público estava nesse programa. O Hernâni Carvalho e a advogada que lá estava chegaram à triste conclusão que era um mau uso de um projeto. A senhora tinha baralhado tudo.-----

----- **Membro Pedro Ferreira (CDS)** disse que estava uma boa informação escrita. Verificava que estava corrigido o erro que estivera vários trimestres a pedir a correção, na questão do Valor Humano. O número já fazia todo o sentido. Da outra vez era matematicamente impossível a existência daquele número, agora eram números perfeitamente razoáveis, 400 agregados familiares e 900 pessoas. Antes dava o agregado familiar de dez pessoas, o que talvez só na Índia.-----

----- Também gostava de ver a inclusão de várias atividades que foram promovidas por entidades que não a própria Junta. Fazia todo o sentido e era um bom exercício de democracia.-----

----- Sobre o Espaço Júlia, não vira o programa e não tinha intenção de voltar atrás, mas das conversas tidas e das visitas feitas, tanto na campanha como na visita com a Doutora Assunção Cristas ao Espaço Júlia, tinha ficado muito agradado nas experiências com os agentes da PSP, pessoas com nível cultural e preparados para a matéria. Portanto, custava-lhe muito entender que tivesse havido algo similar ao que fora ali descrito. Acreditava que fosse uma tentativa de criar sensacionalismo, era o que gostavam de fazer esses programas de televisão.-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **A Presidente da Assembleia** leu a **Ata em minuta referente à presente reunião** e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Seguidamente, não havendo mais intervenções, deu por encerrada a sessão.-----

----- Eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

----- PRESIDENTE -----